



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
 Diretoria de Apoio Operacional

Projeto Básico - SES/SINFRA/DIAOP

PROJETO BÁSICO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

Contratação de empresa especializada na instalação de um medidor de energia elétrica do tipo P1 100 A, padrão CEB, para atender a Base Descentralizada do SAMU.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO

O serviço ofertado deverá atender a todos os itens descritos neste Projeto Básico e seus apêndices como solução de fornecimento no âmbito do Distrito Federal e seu entorno, classificado, a saber:

CÓDIGO BR	SERVIÇO
4782	Instalação de um medidor de energia elétrica do tipo P1 100 A, padrão CEB.

Havendo divergência entre a especificação constante no Projeto Básico e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Projeto Básico. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

2. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

O Serviço a ser contratado trata-se de contratação de serviço por dispensa de licitação, enquadrando-se no exposto Art. 24, Inciso II da Lei nº 8666/93 em razão de valor.

3. DA JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

Conforme determinado pela norma **CEB NT 6.01 – Fornecimento em tensão secundária a unidades consumidoras individuais**, unidades em baixa tensão deverão ser atendidas em tensão de 380 V e padrão de medição com disjuntor trifásico até 100 A.

3.2. FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATAÇÃO

Deverá ser instalado um medidor de energia elétrica do tipo P1 100 A, padrão CEB, tendo em vista que o medidor existente está fora das especificações e normas atuais da concessionária CEB.

3.3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A SES/DF não dispõe em seu quadro de pessoal profissionais com formação em eletrotécnica, como também material elétrico para a execução de instalações elétricas, nas características apresentadas no objeto desde Projeto básico.

3.4. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

O quantitativo solicitado neste Projeto Básico foi recolhido no Documentos de Oficialização de Demanda - **DOD** encaminhados pela Complexo Regulador em Saúde do Distrito Federal, cujo Documento de Consolidação de Demanda - **DCD** foi elaborado pela Diretoria de Apoio Operacional. Por se tratar de uma demanda específica, não há possibilidade de consolidação ou outras demandas.

4. PLANO ESTRATÉGICO DF 2019 - 2060

Este objeto desta contratação foi realizado em conformidade com o Mapa estratégico da SES-DF, nos seguintes eixos estratégicos: [PLANO ESTRATÉGICO DF 2019-2060](#)

EIXO SAÚDE

Garantir o acesso aos serviços de saúde para a população

Promover a saúde e prevenir o adoecimento da população

Adequação da infraestrutura das unidades de saúde para garantia da qualidade do serviço ofertado

DOS BENEFÍCIOS E RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

Manutenção dos serviços essenciais de assistência médica e hospitalar

Fortalecer, desenvolver e promover o serviço de engenharia e arquitetura.

Garantir o pleno funcionamento da edificação com a instalação de medidores em separado, conforme recomendação da norma técnica, NT/CEB 6.07 – Fornecimento em tensão secundária de distribuição a prédios de múltiplas unidades consumidoras.

5. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

5.1. Conforme a Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, emitida pelo MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a contratação de serviços continuados deverá adotar unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da CONTRATADA, e que elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho, desta forma, os critérios de aferição de resultados deverão ser preferencialmente dispostos na forma de Instrumentos de Medição de Resultado;

5.2. Os Instrumentos de Medição de Resultado (IMR) são uma disposição, pactuada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, que definem critérios objetivos de mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite a Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos;

5.3. Seguindo as orientações da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, emitida pelo MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os Indicadores definidos para adoção dos Instrumentos de Medição de Resultado do objeto deste Projeto Básico foram elaborados com base em critérios objetivos de mensuração de resultados, conforme tabela abaixo;

5.4. Seguem os Indicadores de Desempenho, a serem utilizados no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) do objeto deste Projeto Básico.

5.5. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

5.5.1. FINALIDADE

5.5.1.1. Aferição dos serviços de instalações elétricas de adequação do espaço físico.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS (IMR)	
FINALIDADE	Aferição dos serviços a executar.
META A CUMPRIR	30 dias
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Medição in loco.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Executor de Contrato.
PERIODICIDADE	SEMANAL
MECANISMO DE CÁLCULO	a) Construção de mureta: VR ¹⁾ = 20; b) Instalação de cabos e acessórios no poste: VR= 20; c) Apresentação de documentos na CEB e ligação definitiva da instalação: VR= 20
TOTAL	$[1 - (VR/100)] * VF^{2)}$
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir do 1º dia a contar da assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	VALOR VR: a) Execução superior a 10 dias, VR= 20 b) Execução superior a 5 dias, VR= 20 c) Execução superior a 15 dias, VR= 20
OBS: ¹⁾ Valor de Redução; ²⁾ Valor da Fatura	

6. DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados pela Contratada, com a supervisão e fiscalização dos (as) Executores (ras) e Fiscais do Contrato, por servidor indicado pela Contratante.

6.2. A Contratante exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado;

6.3. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços especificados neste Projeto Básico, a Contratante; é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da Contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por funcionário indicado, podendo para isso:

6.3.1. Solicitar a imediata substituição do funcionário da Contratada que agir fora das determinações descritas nos scripts ou de forma diversa das políticas e normas da Contratante, recomendadas aos prestadores dos serviços objeto deste Projeto Básico;

6.3.2. Exigir junto à Contratada a regularização das eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, comunicando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência, tudo sem prejuízo às penalidades cabíveis;

6.3.3. Supervisionar as atividades Contratada, mediante avaliação periódica;

6.3.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização, não eximirá a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

6.4. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, por parte da SES;

6.5. O objeto do presente contrato será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento;

6.6. Havendo inexecução total/parcial dos serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

6.7. A fiscalização e supervisão se darão através do acompanhamento quanto à qualidade dos serviços, controle de desempenho e cumprimento de horários pela Contratada.

7. DA INSTALAÇÃO

7.1. Nos primeiros 5 (cinco) dias úteis do período de vigência do Contrato, serão marcadas, pela CONTRATANTE, reuniões com a CONTRATADA para:

7.2. Formalizar os documentos e arquivos eletrônicos para troca de informações entre CONTRATANTE e CONTRATADA;

7.3. Detalhar o processo de entrega e instalação dos equipamentos, do qual resultará um CRONOGRAMA DE ENTREGA E INSTALAÇÃO, observando os procedimentos e prazos definidos neste Projeto Básico, e compreendendo o repasse, pela CONTRATANTE para a CONTRATADA, do endereçamento do local de entrega e instalação dos equipamentos;

7.4. Definir a emissão de AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA pela CONTRATANTE, o que deverá ocorrer com o repasse de endereçamento dos locais de entrega, conforme o CRONOGRAMA DE ENTREGA E INSTALAÇÃO. A emissão e entrega da AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA por parte da CONTRATANTE definirá o início da contagem do prazo de execução do Contrato.

7.5. A AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA conterá no mínimo o seguinte:

7.5.1. Numeração própria e sequencial;

7.5.2. Designação da unidade de Saúde SES/DF e seus respectivos prepostos e endereço (local de entrega e instalação);

7.5.3. Data e assinatura do Gestor da CONTRATANTE e do Preposto da CONTRATADA;

7.6. A AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA será encaminhada em data a ser definida junto com o CRONOGRAMA DE ENTREGA E INSTALAÇÃO;

7.7. Ocorrendo atrasos no serviço causado por problemas de infraestrutura, e, portanto, não motivados pela CONTRATADA, esta deverá, de imediato, informar o fato, comprovadamente e por escrito, em correspondência protocolada junto a SES/DF, o qual, por sua vez, desde que julgue procedente a ocorrência, estenderá o prazo. Se, ao final desse prazo, o problema permanecer sem solução, a empresa deverá oficializar o fato junto a SES/DF que, mediante a comprovação e fundamentação da impossibilidade da instalação, irá liberar a parcela de pagamento correspondente. Nesses casos, o pagamento não desonerará a empresa CONTRATADA de sua obrigação, quando acionada pela SES/DF, dentro da vigência do contrato;

7.8. A CONTRATADA deverá retirar todos os equipamentos que serão substituídos e transportá-los para o local definido pela CONTRATANTE;

8. PRAZO DE ENTREGA

Os produtos deverão ser entregues conforme CRONOGRAMA DE ENTREGA E INSTALAÇÃO a ser definido em reunião entre a empresa vencedora do certame e a SES/DF, nos primeiros 5 (cinco) dias úteis do período de vigência do Contrato.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA

O prazo de execução da obra/serviço será de 30 (trinta) dias corridos a partir da elaboração do CRONOGRAMA DE ENTREGA E INSTALAÇÃO.

10. LOCAL DE ENTREGA / INSTALAÇÃO

10.1. Os produtos deverão ser entregues, substituídos e instalados, no local abaixo, conforme especificado no contrato:

10.2. O local de execução do serviço será na Base Descentralizada do SAMU, situado no endereço Setor J Norte QNJ - AE 2 Taguatinga/DF.

10.3. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da contratada;

10.4. O fornecedor deverá iniciar a instalação em até 10 (dez) dias corridos após a entrega dos equipamentos e materiais, em horário comercial, em data a ser acordada com a Chefia da Base Descentralizada do SAMU, com todos os acessórios, sem ônus adicional ao erário da Rede SES/DF;

10.5. A instalação deverá ser feita conforme CRONOGRAMA DE ENTREGA E INSTALAÇÃO;

10.6. Após a entrega, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos, de acordo com o CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO:

10.7. Cada produto será verificado de acordo com as características e posteriormente aferido a conformidade e testado o seu funcionamento;

10.8. Qualquer produto será recusado, caso esteja nas seguintes condições:

10.9. Entregue em desconformidade com as especificações técnicas deste Projeto Básico;

10.10. Caso qualquer componente adquirido não seja novo;

10.11. Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.

11. DO RECEBIMENTO

11.1. O recebimento será realizado em duas etapas, mediante execução da obra e da apresentação da documentação correspondente, conforme disposto abaixo:

11.2. Provisório: No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a execução dos serviços. Os serviços serão recebidos de forma provisória pelo executor do contrato, em conjunto com equipe técnica da SES/SINFRA, para posterior verificação da conformidade através de testes de funcionamento de acordo com as especificações técnicas, devendo ser emitido TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, caso seja verificada qualquer irregularidade, os mesmos deverão ser substituídos por conta e ônus da CONTRATADA;

11.3. Definitivo: No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório e confirmada a INSTALAÇÃO e testes de funcionamento, será emitido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;

11.4. Os serviços entregues em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-los, a suas expensas. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de recebimento da notificação, para comunicar, através de correio eletrônico (e-mail) válido, o tempo necessário para atendimento da notificação;

11.5. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada;

11.6. Um representante da CONTRATADA poderá acompanhar a avaliação dos serviços, desde que se manifeste até o momento da entrega, sendo os testes efetuados na presença de testemunhas, em caso de não comparecimento;

11.7. Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade serviço, e estará obrigada a substituir aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE;

11.8. O TERMO DE ACEITAÇÃO APÊNDICE II será emitido em 2 (duas) vias, sendo uma via para a CONTRATANTE e outra para a CONTRATADA;

11.9. O TERMO DE ACEITAÇÃO é um documento eletrônico que estará disponível para impressão pela CONTRATADA;

11.10. Durante a instalação dos equipamentos o TERMO DE ACEITAÇÃO deverá ser preenchido e impresso pela CONTRATADA e assinado pelo CONTRATANTE;

11.11. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as condições deste Projeto Básico e de seus Apêndices.

12. DA GARANTIA TÉCNICA

Os produtos adquiridos deverão apresentar um prazo de garantia total por no mínimo 12 (doze) meses contra quaisquer defeitos apresentados não decorrentes de culpa exclusiva da CONTRATANTE ou prazo estabelecido pelo fabricante quando este for superior;

Prazo de Garantia de Funcionamento é o período em meses, dentro do qual, nas condições registradas na Proposta Técnica e constantes do respectivo Termo de Garantia, a CONTRATADA compromete-se em manter os equipamentos por ela fornecidos em perfeito funcionamento, configurados da forma especificada e nas condições e configurações constantes deste Projeto Básico;

A garantia deverá ser prestada no local onde o equipamento for instalado;

No período de garantia é admitida a troca de equipamentos defeituosos por outros iguais ou de tecnologia superior, novos e sem uso;

Para os equipamentos, entende-se por perfeito funcionamento quando, após atendimento, os equipamentos estiverem operacionais conforme exigido por este Projeto Básico, e as demais funcionalidades idênticas às das instaladas em fábrica.

13. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A CONTRATANTE deverá garantir assistência técnica do equipamento e componentes por prazo igual ao da garantia técnica de 12 (doze) meses ou prazo estabelecido pelo fabricante, quando este for superior, para serviços e peças de reposição previstas na garantia, sem ônus para SES/DF, a contar da data de instalação dos equipamentos;

As peças e componentes necessárias à prestação dos serviços, bem como todo material de consumo/suprimentos utilizados para o conserto serão fornecidos pela empresa fornecedora durante o período de garantia sem ônus a SES/DF;

A CONTRATANTE deverá fornecer Assistência Técnica aos equipamentos por técnicos próprios, no local de instalação, sem quaisquer custos adicionais para a SES/DF durante o período da garantia;

Durante o período de garantia a firma fornecedora deverá encarregar-se e responsabilizar-se pela retirada, embalagem, frete, conserto e entrega do(s) equipamento(s) sem qualquer ônus à SES;

Atendimento Técnico: 7x24x2 (sete dias da semana, vinte e quatro horas por dia, duas horas de tempo de resposta), fornecendo canais de comunicação (ex: telefone, e-mail) para chamados sem ônus pela SES-DF;

Concluir os reparos do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir do registro da chamada;

Caso haja necessidade de reposição de peças, deverá ser adotada solução paliativa, de modo a manter o sistema em funcionamento, até que a CONTRATA providencie a reposição da peça defeituosa;

A CONTRATADA deverá repor a peça defeituosa em até 10 (dez) dias úteis da constatação de necessidade de troca;

A CONTRATANTE poderá a qualquer tempo e a seu critério exclusivo, por intermédio do(s) executor(es) do contrato, solicitar a apresentação de comprovação da procedência das peças e componentes utilizados nos serviços do contrato;

A CONTRATADA deverá garantir os serviços executados, que incluam substituição de peças e componentes, necessários para assistência técnica, até o final da garantia;

Para todo Atendimento Técnico deverá ser feito um relatório detalhado cuja cópia ficará à disposição da CONTRATANTE, pelo prazo de vigência do Contrato, do qual conste, no mínimo:

Local no qual a assistência técnica foi acionada;

Nomes dos responsáveis pelo chamado, pelo atendimento e pela comprovação do restabelecimento de funcionamento, com as assinaturas de todos;

Descrição das peças substituídas e outros procedimentos corretivos adotados.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

A dotação Orçamentária será informada por setor competente do FSDF/ SES, de acordo com os Programas de Trabalho indicados para o objeto.

15. ESTIMATIVAS DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

15.1. A estimativa de custos para a contratação será realizada de acordo com o Decreto Distrital nº 36.220/14, que institui o procedimento de realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e prestação de serviços definindo os parâmetros de utilização;

15.2. A consolidação da estimativa de preços será realizada pelo setor competente subordinado a DIAQ/SUAG/SES.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto deste Projeto Básico. Tal vedação corre ao encontro do entendimento de que o objeto do presente instrumento pode ser executado por apenas uma empresa, a qual detenha as condições técnicas mínimas já apresentadas.

17. DAS VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

17.1. É vedada a participação direta ou indireta na presente licitação e na execução da obra:

17.2. O autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

17.3. Empresa isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

17.4. Servidor ou dirigente de órgão do Distrito Federal ou entidade CONTRATANTE ou responsável pela licitação;

17.5. Empresas que estiverem sob concordata, recuperação judicial/extrajudicial, falência, concurso de credores, dissolução e liquidação;

17.6. Empresas com o direito de licitar suspenso com relação à toda a Administração Direta e Indireta dos entes da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), e aquelas declaradas inidôneas para contratar ou licitar com toda a Administração Pública Direta e Indireta dos entes da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), enquanto perdurarem seus efeitos (art. 87º, incisos III e IV da Lei nº 8.666/93);

17.7. Empresa ou empresário IMPEDIDO de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de que trata o art. 7º da Lei 10.520/202 (Lei do Pregão);

17.8. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

17.9. Empresas cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal em que exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de contrato terceirizado, contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens e convênios e os instrumentos equivalentes (art. 2º e 8º do Decreto Distrital nº 32.751/2011);

17.10. A definição de familiar de agente público segundo art. 2º, inciso II, do Decreto Distrital nº 32.751/2011 é o cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

17.11. Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste edital e conforme Lei 8.666/93, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários, aplicando-se também aos membros da Comissão Especial de Licitação.

18. DA VISTORIA

18.1. A Licitante poderá realizar vistorias no local de prestação dos serviços, de forma a obterem conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços;

18.2. Caso a LICITANTE opte por realizar a vistoria, esta deverá ser realizada pelo representante técnico da empresa, previamente identificado e deverá apresentar declaração que realizou vistoria conforme modelo de Termo de Vistoria, APÊNDICE I;

18.3. Caso a LICITANTE opte por NÃO realizar a vistoria, esta deve emitir Declaração de Desistência de Visita Técnica, conforme APÊNDICE IV, confirmando que não realizará a vistoria e assumindo completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento das características e condições de infraestrutura dos locais;

18.4. A vistoria deverá ocorrer dentro das seguintes condições:

- 18.5. O agendamento deverá ser efetuado no horário das 9h às 17h, de segunda à sexta-feira, na Base Descentralizada do SAMU;
- 18.6. O representante deverá assinar lista de presença comprovando a realização da vistoria;
- 18.7. O representante deverá apresentar cópia autenticada de documento que comprove seu vínculo com a LICITANTE;
- 18.8. Ao final da vistoria a SES/DF, através da Chefia da Base Descentralizada do SAMU, validará o Termo de Vistoria, em favor da LICITANTE, circunstanciando o atendimento desta exigência. Este Termo deverá ser apresentado na habilitação da Licitante, no momento em que for exigido. Os custos da vistoria são por conta da LICITANTE, incluindo seus deslocamentos aos locais vistoriados;
- 18.9. A vistoria poderá ser realizada em até 3 (três) dias antes do término do prazo para apresentação das propostas pelas empresas proponentes, com agendamento prévio;
- 18.10. A empresa vencedora do certame não poderá alegar desconhecimento dos locais de trabalho, que poderiam eventualmente onerar os custos de execução.

19. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

- 19.1.1. Nome da proponente,
- 19.1.2. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega, parecer nº 16/2015 – PRCON/PGDF e Art 6º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, e serão selecionadas e classificadas pelo critério **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme o § 1º do Artigo 45 da Lei 8.666/93, observados os requisitos de segurança tanto para os usuários quanto para os profissionais de saúde da Secretaria de Saúde;
- 19.1.3. Os produtos da proposta deverão ter "compatibilidade de especificação técnica e de desempenho", conforme estabelecida no art. 15, inc. I, da Lei nº 8.666/93;
- 19.1.4. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste documento com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados;
- 19.1.5. A proponente deverá apresentar junto à proposta, uma declaração de que entregará o(s) equipamento(s) e/ou peças comprovadamente novo(s) e sem uso, uma vez que não serão aceitos equipamentos ou peças reconicionados;
- 19.1.6. Serão desclassificadas as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Projeto Básico;
- 19.1.7. Às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente documento;
- 19.1.8. Às normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), em especial da Concessionária local:
- 19.1.9. ABNT 5410 – Instalações em Baixa Tensão;
- 19.1.10. ABNT 5419 – Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;
- 19.1.11. CEB NT 6.01 – Fornecimento em tensão secundária a unidades consumidoras individuais.
- 19.1.12. Às normas técnicas específicas existentes;
- 19.1.13. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;
- 19.1.14. À Resolução do CONFEA nº 425/98 (Anotação de Responsabilidade Técnica – ART);
- 19.1.15. Aos normativos do sistema CREA/CONFEA;
- 19.1.16. E demais normas e recomendações pertinentes;
- 19.1.17. A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras.
- 19.1.18. proposta deverá conter:
- 19.1.18.1. endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;
- 19.1.18.2. Preço unitário e total do(s) item(s), devendo estar inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta dispensa de licitação, havendo divergência entre os preços unitários e total prevalecerá o primeiro, e se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- 19.1.18.3. A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras.

19.2. REQUISITOS MÍNIMOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 19.2.1. Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação:
- 19.2.2. Comprovação de registro e a situação regular da EMPRESA e dos seus RESPONSÁVEIS TÉCNICOS no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;
- 19.2.3. Essa comprovação poderá ser realizada por meio de apresentação de Certidão expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA. Será facultado ao CONTRATANTE a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
- 19.2.4. Comprovação do vínculo de pelo menos um profissional de nível superior na área de engenharia elétrica ou equivalente (com extensão de atribuição devidamente concedida e registrada pelo CREA, nos termos do inciso II do art. 10, da Resolução nº 1.010/2005/CONFEA). Nota: Esse(s) profissional(is) dever(ão) estar devidamente reconhecido(s) e registrado(s) no CREA. A comprovação de vínculo dar-se-á mediante a apresentação de, no mínimo, contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, com prazo mínimo de duração determinado, de modo a garantir a permanência do profissional durante a execução dos serviços, admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, nos termos do disposto no §10 do art. 30 da Lei 8.666/93;
- 19.2.5. Comprovar a capacitação técnica operacional da empresa para a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. Deverão constar desse(s) atestado(s) os seguintes dados mínimos: nome da CONTRATANTE e da pessoa jurídica contratada, identificação do contrato, localização da obra/reforma/serviço executados. As parcelas de maior relevância e valor significativo que deverão constar no(s) atestado(s) referem-se a:
- 19.2.6. Instalação de rede aérea padrão CEB;
- 19.2.7. O quantitativo supra representa aproximadamente 50% (cinquenta por cento) dos valores a serem efetivamente licitados e é referente apenas à parcela de maior relevância e valor significativo, de forma a não se constituírem em limitação desnecessária à competitividade no certame, mas tão somente de modo a permitir o estabelecimento de parâmetros e condições razoáveis de avaliação da capacidade técnica da licitante frente às peculiaridades de execução do objeto em exame;

19.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

19.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas sob a forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, sendo este analisado por contador oficial desta SES/DF ou pela Diretoria de Contabilidade - DICON/FSDF;

19.3.2. A proponente com menos de um ano de existência que ainda não tenha balanço, deverá apresentar demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência;

a) A proponente que optou pelo regime de lucro presumido ou que seja considerada microempresa deverá comprovar a qualificação econômico-financeira mediante a apresentação de cópia autenticada da Declaração Simplificada de Rendimentos e Informações encaminhada a Receita Federal, referente ao último exercício;

b) Declaração em que conste o número da Agência e da Conta Corrente no Banco de Brasília - BRB para efetuação de crédito referente a pagamentos dos serviços contratados para valores acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais), conforme dispõe o Decreto nº 32.767/2011;

c) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial.

19.3.3. A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

19.3.4. As proponentes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento). A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados ou pelo Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme estabelecido no inciso X deste subitem. (conforme Decisão nº 5876/2010-TCDF).

20. PARECERISTAS

Servidores habilitados, com conhecimento técnico dos equipamentos da Diretoria de Engenharia e Arquitetura da Secretaria de Estado de Saúde, a serem indicados pela Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde.

21. DO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO

21.1. O proponente vencedor deverá apresentar a documentação na celebração do contrato (Decisão nº 2.731/2015 TCDF), nos seguintes termos:

21.1.1. Alvará de funcionamento expedido pela Administração Regional da circunscrição onde se localiza a instituição, em plena validade;

21.1.2. Prova de inscrição no CNPJ;

21.1.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal: Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União ou Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Portaria Conjunta PGFN / RFB nº 1751, de 02/10/2014, ou outro meio equivalente admitido por lei;

21.1.4. A comprovação do vínculo entre o responsável técnico e a proponente deverá ser realizada no momento da assinatura do contrato por intermédio de contrato social/estatuto social ou Cópia da CTPS para o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou cópia do contrato para o prestador de serviços com contrato escrito firmando com o proponente para no mínimo 180 (CENTO E OITENTA) dias.

21.1.5. Declaração de que possui, em seu quadro permanente de funcionários, quantitativo mínimo de funcionários com a qualificação exigida, conforme especificado neste Projeto Básico.

22. REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O Regime de Execução do Contrato está disposto na Lei nº 8.666/93 - Art. 6º, VIII, A, qual seja: empreitada por menor preço **ITEM**, por se tratar de execução de serviço por preço certo e total.

23. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

23.1. Para a prestação dos serviços será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Projeto Básico e da proposta de preços da proponente vencedora.

23.2. O contrato terá vigência de **ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos**, IMPRORROGÁVEIS, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se no Art. 24, Inciso II da Lei nº 8666/93 em razão de valor.

24. MODELO DE EXECUÇÃO

24.1. O modelo de execução do contrato deverá contemplar condições necessárias ao devido fornecimento do Serviço para atendimento das necessidades da SES-DF, no que se refere ao objeto deste Instrumento, observando o que segue:

24.1.1. Realizar a convocação da Contratada será realizada de forma IMEDIATA, após a assinatura do contrato, a qual deverá dar da Contratante, conhecendo o ambiente físico e tecnológico, dentro do escopo contratado, e absorver o conhecimento necessário para entrega e prestação dos serviços acordados.

24.1.2. A Contratada deverá participar de reunião inicial, convocada pelo Gestor do contrato, com a participação da Equipe de Fiscalização da Contratante, do representante legal da Contratada, e dos demais interveniente por ele identificado, cuja pauta observará, pelo menos: presença do representante legal da Contratada, que apresentará o seu Preposto, assinatura, por parte da Contratada, do Termo de Confidencialidade e Sigilo e do Termo de Ciência, esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do Contrato, nivelando os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Anexos e Termos, bem como, esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

24.1.3. Informar à Contratada que o pagamento dos serviços contratados e implementados será realizado após o aceite parcial e/ou definitivo.

24.1.4. A Contratada deve assinar Termo de Ciência, comprovando que a mesma já detém conhecimento suficiente e que foram alcançadas as condições técnicas para realização dos serviços sem riscos operacionais.

24.1.5. A Contratada deverá seguir todas as normas de segurança vigente na Instituição.

24.1.6. A Contratada poderá, exclusivamente a seu critério e ônus, desenvolver, avaliar e incorporar métodos, processos e tecnologias para a melhoria na forma da execução contratual dos serviços, desde que seus procedimentos estejam em conformidade com as definições, premissas e recomendações técnicas.

24.2. DAS INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS

24.2.1. A Contratante poderá, se julgar necessário, realizar inspeções e diligências a fim de garantir que a proponente vencedora esteja em condições de fornecer os serviços pretendidos de acordo com a qualidade exigida neste documento.

25. DA GARANTIA CONTRATUAL

25.1. A Contratada deverá apresentar individualmente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do respectivo CONTRATO, carta de garantia no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO que será liberado somente após o término de sua vigência, cabendo-lhe(s) optar por uma das modalidades de garantia previstas no Art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93.

25.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

25.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

25.2.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

25.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;

25.2.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

26. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

26.1. A Contratada será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela SES-DF, tais documentos.

26.2. A Contratada não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto sem autorização por escrito da SES-DF, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

26.3. Cada profissional da Contratada deverá assinar termo de responsabilidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da SES-DF ou a serviço desses, salvo se expressamente autorizado, **APÊNDICE V – Termo de Confidencialidade de Informações**.

26.4. Cada profissional da Contratada deverá assinar termo declarando estar ciente de que as informações disponibilizada pela SES-DF e pacientes não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da SES-DF, ou acessadas a partir dos seus equipamentos, poderão ser auditadas.

26.5. Cada profissional da Contratada deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na SES-DF.

26.6. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. Abrange toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, protocolos, informações pessoais de pacientes e informações sobre as atividades da Contratante.

26.7. As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto.

26.8. As obrigações constantes deste DOCUMENTO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros e estranhos, sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

26.9. A Contratada se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da Contratante.

26.10. A Contratada compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

26.11. A Contratada deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente DOCUMENTO e dará ciência à Contratante dos documentos comprobatórios.

26.12. A Contratada obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da Contratante, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela Contratante.

27. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

27.1. São instrumentos formais de comunicação entre a Contratante e a Contratada:

27.1.1. Chamados telefônicos registrados na Central de Atendimento.

27.1.2. Ofícios.

27.1.3. Relatórios.

27.1.4. Demais Termos previstos no instrumento convocatório.

27.2. Toda a comunicação entre a Contratante e a Contratada que enseje em alteração contratual deverá ser realizada por escrito.

28. DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

28.1. Os profissionais e prepostos da Contratada não terão qualquer vínculo empregatício com o Estado, correndo por conta exclusiva da Contratada, todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, infortunistica do trabalho, fiscal, comercial e outras correlatas, a qual se obriga a saldar na época devida.

28.2. A Contratada deverá manter vínculo, empregatício ou na forma de contrato de prestação de serviços, com todos os profissionais alocados nos serviços descritos neste Projeto Básico, de forma a garantir a subordinação de todos aqueles que trabalhem nas instalações da SES-DF às determinações emanadas pelo Preposto.

28.3. A prestação dos serviços de que trata este Projeto Básico e seus Apêndices não geram vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a SES-DF, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

29. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

29.1. Emitir "Aceite" do produto a cada entrega, conferindo se o mesmo está de acordo com a especificação exigida no edital;

29.2. Comunicar à empresa CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição dos equipamentos objeto deste Projeto Básico;

29.3. Efetuar pagamento de acordo com as normas financeiras e orçamentárias do DF;

29.4. Fiscalizar a entrega e rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa CONTRATADA entregar fora das especificações de Referência;

29.5. Fornecer e colocar à disposição da empresa CONTRATADA todos os elementos e informações que fizerem necessárias à entrega/execução do objeto;

29.6. Responder pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa;

29.7. Apresentar para a CONTRATADA os locais de instalação dos equipamentos afim de receber as orientações/adaptações necessárias para instalação e pleno funcionamento do equipamento;

29.8. Proporcionar todas as facilidades para a CONTRATADA executar o fornecimento do objeto do presente Projeto Básico, permitindo o acesso dos profissionais da CONTRATADA às suas dependências;

29.9. Esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas da CONTRATANTE, principalmente as de segurança, inclusive aquelas referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências;

29.10. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do presente Projeto Básico, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

29.11. Fornecer à CONTRATADA todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos e dos serviços;

29.12. Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, no Projeto Básico;

29.13. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

29.14. Aprovar o cronograma de serviços de instalação apresentado pela CONTRATADA, de modo a minimizar problemas relacionados a paralisia de serviços assistenciais.

30. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

30.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento, seus apêndices e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

30.2. Efetuar a entrega do objeto, em perfeitas condições, conforme especificações constantes neste Projeto Básico e seus apêndices, e de acordo com as demais condições previstas no mesmo, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo e procedência;

30.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor Lei nº 8.078, de 1990);

30.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste PB, o objeto com avarias ou defeitos;

30.5. Manter, durante toda execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

30.6. Indicar o responsável para representá-la durante a execução do fornecimento decorrente do Edital;

30.7. Responsabilizar-se pela assistência técnica dos equipamentos, peças, componentes e acessórios adquiridos no prazo estabelecido no período de garantia;

30.8. Responsabilizar-se exclusiva e integralmente pela disponibilização de pessoal para execução do objeto deste Projeto Básico, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE;

30.9. Providenciar identificação adequada, devidamente reconhecida pela SES/DF, para funcionários e técnicos prestadores de serviço à CONTRATANTE;

30.10. Providenciar informações precisas quanto ao descarte, manuseio, tratamento e destino final dos resíduos gerados pelo equipamento;

30.11. Responsabilizar-se por todos encargos, impostos, fretes e tributos para entrega e instalação dos equipamentos à CONTRATANTE;

30.12. Responsabilizar-se pelos impostos incidentes sobre o objeto do Projeto Básico, bem como as despesas de viagem, estadia e alimentação dos seus agentes de serviço por ocasião de visita de apoio técnico;

30.13. Atender a unidade prestadora de serviços da CONTRATANTE no prazo e condições definidas no Contrato, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade dos produtos e serviços fornecidos;

30.14. Notificar a CONTRATANTE sobre eventual alteração de sua razão social ou de controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando-lhe no prazo de sessenta dias contados a partir da data do registro de alteração, acompanhado de cópia autenticada da Certidão de Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

30.15. Cumprir rigorosamente as normas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas e regulamentos relacionados aos serviços contemplados neste Projeto Básico;

30.16. Facilitar os trabalhos de acompanhamento e fiscalização exercidos pela CONTRATANTE e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores desta, designados para tal fim, bem como permitir o livre acesso às instalações;

- 30.17. Responsabilizar-se pela indenização de danos causados ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a ele vinculados, decorrentes de atos ou omissão voluntárias ou de negligências, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de regresso;
- 30.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança das unidades hospitalares;
- 30.19. Instalar um medidor de energia elétrica do tipo P1 100 A, padrão CEB e interligá-lo à rede de distribuição CEB, e todos os equipamentos conforme norma **CEB NT 6.01 – Fornecimento em tensão secundária a unidades consumidoras individuais**.
- 30.20. Proceder junto à CEB a vistoria para ligação provisório e definitiva da unidade à rede aérea;
- 30.21. Desinstalar os equipamentos que serão substituídos pelos novos e transportá-los para local a ser designado pela CONTRATANTE;
- 30.22. Realizar todos os testes necessários ao bom funcionamento do sistema;
- 30.23. Elaborar o cronograma dos serviços em conjunto com a CONTRATANTE, de modo a mitigar os efeitos sociais ou a paralisação dos setores correlatos;
- 30.24. Assumir qualquer prejuízo causado aos estabelecimentos da Rede SES/DF e seus patrimônios, resultantes da imperícia, imprudência, negligência e má fé que, comprovadamente possam ser atribuídas aos empregados, durante a execução dos serviços, incluindo todo e qualquer patrimônio público sob a responsabilidade da Rede SES/DF;
- 30.25. Prestar os serviços ora contratados através de seus técnicos que não terão qualquer vínculo empregatício com a SES/DF, sob nenhuma hipótese;
- 30.26. Todo o equipamento, bem como sua instalação, deverá estar de acordo com as leis e normas vigentes e pertinentes;
- 30.27. Deverá disponibilizar todos os equipamentos com data de fabricação e garantia, e serão avaliados pelos Responsáveis Técnicos da SES.

31. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

Com base na atual estrutura organizacional da SES-DF, a gestão do contratual será realizada por Executores/Gestores e Fiscais do Contrato.

31.1. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 31.1.1. O representante da SES-DF, Gestor do Contrato, deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados;
- 31.1.2. No sentido de permitir a fiscalização do contrato de forma plena, poderá ser indicado um Gestor e seu Suplente para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa Contratada;
- 31.1.3. A existência de fiscalização da SES-DF de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da Contratada na prestação dos serviços a serem executados;
- 31.1.4. A SES-DF poderá exigir o afastamento de qualquer profissional ou Preposto da Contratada que venha causar embaraço a fiscalização, ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas;
- 31.1.5. Os servidores designados à fiscalização do contrato poderão recusar, sustar, mandar refazer ou fazer quaisquer falhas ou problemas inerentes ao fornecimento do serviço, que estejam em desacordo com o preestabelecido;
- 31.1.6. A SES-DF se reserva o direito, a qualquer momento durante a vigência do contrato, de aferir a solução Contratada, realizando testes, auditorias por meio de ferramentas e recursos próprios ou empresas Contratadas para este fim;
- 31.1.7. Para facilitar a gestão do Contrato e o relacionamento entre as partes, a Contratada deverá disponibilizar, sem ônus para a SES-DF, no mínimo 1 (um) Gerente de Relacionamento (Preposto) em tempo integral;
- 31.1.8. Independente dos sistemas de acompanhamento e supervisão que serão exercidos pela Contratada, a SES-DF exercerá o seu processo de supervisão e acompanhamento do Contrato através de um ou mais técnicos designados para este fim, sob a supervisão do Gestor do Contrato;
- 31.1.8.1. Dentre as diversas funções do acompanhamento e supervisão a serem exercidas pela SES-DF pode-se destacar:
- 31.1.8.2. Homologação de planos de ação, produtos, serviços, relatórios e documentação;
- 31.1.8.3. Acompanhamento da execução;
- 31.1.8.4. Realização de reuniões de coordenação para planejamento, organização e avaliação da prestação dos serviços;
- 31.1.8.5. Proposição de modificação na sistemática de prestação de serviços e nos processos de trabalho;
- 31.1.8.6. Aprovação prévia de metodologias, práticas e tecnologias que melhor se empreguem à execução dos serviços no âmbito da SES-DF.

31.2. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

A contratação oriunda deste Projeto Básico será fiscalizada por comissões de servidores constituídas para esse fim, composta pelo Gestor do Contrato, indicado pela SES-DF, juntamente com seus respectivos suplentes.

31.2.1. EXECUTOR DO CONTRATO

- 31.2.1.1. Entidade: Contratante, indicado pela SES-DF;
- 31.2.1.2. Responsabilidade:
- a) Verificar a eficiência: utilização de recursos de materiais e equipamentos alocados a Solução de Gestão, desempenho dos profissionais envolvidos, tempo e custo de execução;
- b) Constatar a eficácia: validação dos resultados gerados pela Solução e verificação de conformidade (se os resultados oferecidos estão atendendo adequadamente às necessidades dos usuários); e
- c) Atestar a segurança: segurança na prestação do Serviço.
- 31.2.1.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato serão solicitadas aos seus superiores.

31.2.2. PREPOSTO OU GERENTE DE RELACIONAMENTO

- 31.2.2.1. Entidade: Contratada
- 31.2.2.2. Responsabilidade:
- a) Acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento e execução contratual;
- b) Negociar, junto ao Gestor do Contrato, termos e condições complementares a este documento para a realização dos serviços;
- c) Gerenciar e supervisionar a execução dos serviços, franqueando ao Gestor do Contrato, a qualquer tempo, o acesso a seus registros, para efeito de acompanhamento e fiscalização de serviços técnicos efetivamente utilizados;

- d) Tratar com o Gestor do Contrato questões relevantes à sua execução e providenciar a regularização de faltas, falhas ou defeitos observados.
- e) Elaborar e encaminhar relatório mensal de atividades para avaliação pelo Gestor do Contrato;
- f) Encaminhar à SES-DF nota fiscal ou fatura dos serviços aferidos no período, conforme medição efetuada; e
- g) Providenciar a entrega de todos os produtos/serviços/objetos, documentos, referentes à prestação dos serviços.

31.3. EXECUTOR TITULAR E SUBSTITUTO:

- 31.3.1. Os executores titular e substituto serão indicados pela Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde.

32. DO PAGAMENTO

- 32.1. Os pagamentos do contrato serão efetuados conforme as normas orçamentárias e fiscais em vigor.
- 32.2. O serviço a ser contratado é prestado de forma contínua com pagamento em parcelas mensais mediante ateste das faturas de prestação do serviço.
- 32.3. A Nota Fiscal da empresa Contratada deve ser emitida com data posterior ao Aceite do Recebimento e apresentado juntamente com o Termo de Aceite para o Gestor do Contrato. O pagamento se dará em até 30 (trinta) dias após o Gestor do Contrato receber o Termo de Aceite do Recebimento e as Notas Fiscais da Contratada.
- 32.4. As eventuais penalidades serão abatidas na fatura do mês subsequente ao da prestação de serviços, exceto no último mês do Contrato, cuja fatura já deverá contemplar todos os excedentes e eventuais penalidades.
- 32.5. Nenhum pagamento será efetuado à prestadora de serviço enquanto pendente de liquidação, ou de qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso);
- 32.6. Se, por qualquer motivo, alheio à vontade da Contratante for paralisada a prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.
- 32.7. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte da Contratante;

33. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 33.1. Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no Decreto nº 35.831 de 19 setembro de 2014, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02.
- 33.2. Para tanto, considera-se Glosa como parte correspondente à recusa, parcial ou total, de um pagamento que seja julgado indevido ou que será discutido no bojo do processo de aplicação de penalidade. A seu turno, sobrestamento é a suspensão de um pagamento até o cumprimento de alguma providência que esteja a cargo do credor (exibição de documentos, adimplemento de obrigações legais ou contratuais etc.).

34. DESCRIÇÃO DOS APÊNDICES QUE INTEGRAM O PROJETO BÁSICO

APÊNDICE - I - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

APÊNDICE - II - TERMO DE ACEITAÇÃO

APÊNDICE - III - DECLARAÇÕES

APÊNDICE - IV - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA

APÊNDICE - V - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

APÊNDICE VI - MODELO PROPOSTA

O presente Projeto Básico foi elaborado pela Equipe de Planejamento descrita a seguir:

Sharlon Marques Junqueira

Matrícula: 136.064-7

SES/SINFRA/DIAOP - Integrante Técnico

Wanessa Sotter de Freitas

Matrícula: 1431675-7

SES/SINFRA/DIAOP - Integrante Administrativo

Autoridades Responsáveis pela Aprovação do Projeto Básico:

Aprovo o presente Projeto em conformidade com o artigo 7º, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e com artigo 20, inciso XIX, Portaria 210/2017.

Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde - SINFRA/SES

APÊNDICE I**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Atesto para os devidos fins que a empresa abaixo identificada realizou a vistoria das instalações e do local onde os serviços serão prestados.

Nome da empresa: _____

CNPJ: _____

Nome do Representante: _____

RG do Representante n.º: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail (se houver): _____

Local vistoriado: _____

Brasília, de de 201__.

SERVIDOR

CARGO

Matrícula

APÊNDICE II TERMO DE ACEITAÇÃO

TERMO DE ACEITAÇÃO – (Modelo)			
		Nome da Unidade	
		Nacionalidade	UF:
		Endereço:	CEP:
Resp. informações:		Em:	
Cargo/ Função:		Telefone:	
Email:		Fax:	
Declaro que:			
a) Os itens destinados a essa unidade, constantes das Notas Fiscais de Simples Remessa, conforme listadas abaixo, foram Instalados nessa data, no endereço da unidade, nas condições exigidas pelo Pregão nº /201__ e todos se encontram funcionais, conforme o checklist de instalação abaixo informado.			
b) Estamos Cientes de que a abertura dos volumes por pessoa não autorizada pela (nome da contratada) acarretará a perda da garantia do conteúdo destes e conseqüente apuração de responsabilidades.			
Notas de Simples Remessa		Notas Fiscais	

Condições de Instalação	SIM	NÃO
Quantidade de equipamentos instalados.		
O equipamento está instalado?		
Os treinamentos operacionais foram executados?		
Todos os treinamentos foram registrados e as pessoas certificadas?		
Todos os treinamentos foram registrados e as pessoas certificadas?		
Todos os acessórios ou periféricos estão instalados?		
Todos os acessórios ou periféricos estão funcionando?		
Todos os manuais e documentos exigidos foram entregues?		
Os treinamentos técnicos foram executados?		
Existe alguma pendência identificada pelo Gestor?		
Existe solução acordada para a pendência?		

OBSERVAÇÕES:

Este termo deverá ser lavrado em três vias; uma será entregue ao Contratado, que, na outra, declarará (datando e assinando de próprio punho) ter recebido a primeira via, uma encaminhada para o Gestor e a outra ficando na Unidade – o Contratado fará a declaração na do Gestor e na da Unidade.

Pode ser emitido um só termo para itens no mesmo Estado ou Cidade, dependendo de acordo prévio firmado entre o Contratado e o Contratante.

SERVIDOR

Setor

Matrícula

APÊNDICE III

DECLARAÇÕES

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sua sede ou filial no Distrito Federal endereço _____, neste ato representada por _____, DECLARA QUE no caso de consagrar-se vencedor(a) do certame se compromete a entregar, no momento da assinatura do contrato ou ata, ou da emissão da nota de empenho para fornecimento do produto ou serviço objeto do certame, às normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), sob pena de aplicação de penalidades previstas no art. 87, da Lei Federal nº 8666/2013, art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2012 e no Decreto Distrital nº 26.851/2006.

.....
(Representante Legal)

APÊNDICE IV**DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA**

REF.: (IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO)

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº **DECLARA**, abrir mão da VISITA TÉCNICA ao local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o edital da licitação em referência. Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejem avenças técnicas ou financeiras, isentando a, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.
Brasília, de de 201_.

.....
(Representante Legal)

APÊNDICE V**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**

OBJETO :

CONTRATO Nº:

CONTRATANTE, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **Empresa**, estabelecida à, CEP:, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo **S.r.**, (cargo), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Cédula de Identidade nº, e do CPF nº, residente e domiciliado em, e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente **TERMO**, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato Nº XX/20XX, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a **<objeto do contrato>**, mediante condições estabelecidas pelo **CONTRATO**;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **CONTRATADA** tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Secretaria de Estado de Saúde de que a **CONTRATADA** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **CONTRATANTE** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **CONTRATANTE**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Parágrafo Primeiro: As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **CONTRATANTE**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATANTE**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

Parágrafo Único: As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;

Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;

Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATADA** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto: Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo Sexto: O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **CONTRATADA**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **MI CONTRATANTE**.

Parágrafo Sétimo: A **CONTRATADA** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATADA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Parágrafo Único: Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

A **CONTRATADA** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo **CONTRATANTE** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.

A **CONTRATADA** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **CONTRATANTE**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único: O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Único: A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **CONTRATADA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **CONTRATANTE**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro: Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente.

Parágrafo Terceiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as PARTES tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

Parágrafo Quinto: A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo Único: Fica eleito o foro da Justiça do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **TERMO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a **CONTRATADA** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Brasília/DF, ____ de _____ de 20xx.

Nome do Diretor ou representante legal da empresa

Cargo

CPF nº

Gestor do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

<<Setor/Departamento>>

APÊNDICE VI - MODELO PROPOSTA

(Em papel timbrado da empresa)

A
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

SRTVN Quadra 701 Conjunto C, S/N, 1º andar e 2º Andar
Asa Norte, Sede da SES-DF - Plano Piloto
CEP: 70719-040 - Brasília, DF

Referência: Dispensa de Licitação nº ____/____

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____ estabelecida no(a) _____, para Dispensa de Licitação : ____/2019 para Contratação de empresa especializada para a construção de uma mureta com um medidor de energia elétrica do tipo P1 100 A, padrão CEB, para atender a Base Descentralizada do SAMU, conforme croqui CEB (Doc. [565692490](#)).

O valor total de proposta é de _____ (em algarismo e por extenso).

Os preços apresentados estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.



Documento assinado eletronicamente por **SHARLON MARCO JUNQUEIRA - Matr.0136064-7, Analista de Planejamento Urbano e Infraestrutura**, em 12/03/2021, às 15:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **WANEISSA SOTTER DE FREITAS - Matr.1431675-7, Diretor(a) de Apoio Operacional**, em 12/03/2021, às 15:51, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIO HENRIQUE FURTADO ROCHA DE SOUSA - Matr.1701148-5, Subsecretário(a) de Infraestrutura em Saúde**, em 15/03/2021, às 13:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **57814663** código CRC= **CF3AE4EE**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF

00060-00088765/2021-82

Doc. SEI/GDF 57814663

Criado por [55214316757](#), versão 11 por [55214316757](#) em 12/03/2021 15:48:31.